

BOLETIM DO PROJETO

“Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento”



A implementação do projeto

O projeto “Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento” vem sendo implementado em áreas atingidas por barragens há um ano, beneficiando diretamente 240 famílias nos estados de Rondônia, Pará, Mato Grosso e Tocantins.

Nessa etapa do projeto, iniciam-se as atividades de implementação dos PAIS e dos sistemas de irrigação com uso da fonte de energia solar. Todavia, conforme exigências contratuais, as famílias precisam apresentar uma série de documentos legais para poder iniciar a implementação do projeto. Depois de um longo processo para garantir essa documentação exigida junto a órgãos ambientais desses estados, 159 famílias serão contempladas nessa etapa, sendo: 30 famílias do Tocantins, 48 em Altamira, 44 em Marabá, 14 em Itaituba e 23 em Rondônia. As demais famílias serão beneficiadas a partir da liberação da quinta parcela, prevista para fevereiro de 2019.

No planejamento feito com as equipes técnicas locais e as famílias, o processo de início de construção das hortas e construção dos galinheiros será feito desde já, a partir de mutirões entre as famílias, com acompanhamento das equipes técnicas locais. Na medida em que os materiais forem sendo entregues, também serão realizadas as capacitações para a implementação dos sistemas de produção de energia a partir da fonte solar, previstas no projeto.

Nessa etapa, para além da implementação das hortas e sistema de geração de energia, serão realizados em todas as regiões a primeira etapa dos Cursos Iniciais de implementação dos PAIS, placas solares e agroecologia. Também estão previstos dias de campo para a prática de temas voltados para a produção agroecológica e desenvolvimento produtivo das famílias. Todas estas atividades previstas deverão ser executadas até o final de janeiro de 2019.





Foto: Mayke Toscano

Desmatamento na Amazônia: *entre o discurso e a realidade*

O tema do desmatamento tem sido uma preocupação cada vez mais crescente entre governos de muitos países, setores ligados a mecanismos internacionais de fiscalização e controle, organizações da sociedade civil com trabalho focado na preservação do meio ambiente e uma parcela significativa da sociedade. Mas entre o discurso propagandeado e a realidade vivenciada nos territórios, há uma contradição muito grande. Então por que os desmatamentos tem-se mantido?

Dados apontam o aumento gradativo dos desmatamentos, de acordo com o Imazon, nos últimos 12 meses, a Floresta Amazônica perdeu quase 4.000 km² de mata nativa, uma área que tem 13 vezes o tamanho de Belo Horizonte (MG). Esse mesmo órgão afirma que o desmatamento aumentou 39% em relação ao período anterior. Em 2017, o Instituto Nacional de pesquisa espacial (INPE) registrou um desmatamento de 6.947 km² na Amazônia.

Nesse texto queremos trazer algumas provocações para aprofundar a discussão sobre os reais interesses -principalmente econômicos- sobre o território Amazônico, que afetam o meio ambiente, assim como as pessoas que vivem nesse território.

Quais são os reais interesses existentes? É sabido por todos que vivemos em uma grande crise econômica a nível mundial. As principais potências mundiais, ou seja, os países centrais e também as grandes corporações, adotam as políticas necessárias para a superação da crise (entendendo como saída da crise a garantia de suas extraordinárias taxas de lucro) e submetem todos os demais a adotarem medidas que lhes favoreçam.

Entre as medidas adotadas para superação dessa crise, está à apropriação das riquezas naturais, e no caso a Amazônia, por ser um território rico em diversos recursos naturais, sempre esteve no alvo dessa expansão do capital. Projetos de mineração, hidrelétricas, produção de monocultivos, pecuária, projetos de infraestrutura de escoamento da produção e a própria venda de madeira aumentaram muito nos últimos anos na região. Aliados à expansão desses grandes projetos, os mecanismos de Estado e de fiscalização garantem a implementação nos aspectos jurídicos da legislação ambiental e no financiamento.

Muitos desses projetos são propagandeados à sociedade e mecanismos internacionais como parte da política de redução do aquecimento global, como por exemplo, as usinas hidrelétricas, que mascaram a realidade com o discurso da energia limpa, barata e renovável.

Esses projetos seguem sendo implementados em nome do progresso e do desenvolvimento do país e da região. O viés econômico continua sendo a força que impulsiona essa implementação, na maioria das vezes, de forma violenta e sem respeitar muitos dos aspectos da legislação ambiental vigente.

“Portanto, o problema do desmatamento é algo bem mais profundo do que se apresenta. Somente será resolvido a partir do momento em que a lógica mercantil de ver esse território for superada”



Por outro lado, grande parte da população desse território é iludida a partir do discurso e da propaganda assumindo o pensamento hegemônico do desenvolvimento e progresso a partir desses projetos, defendendo-os ideologicamente como responsáveis únicos do desenvolvimento da região, adotando medidas inclusive que aumentam os desmatamentos nas áreas onde atuam. E quando não as adotam, esses grandes projetos ameaçam e se apropriam dessas riquezas naturais, expulsando as pessoas ou utilizando-as como força de trabalho a serviço dessa lógica de expansão capitalista.

Portanto, o problema do desmatamento é algo bem mais profundo do que se apresenta. Somente será resolvido a partir do momento em que a lógica mercantil de ver esse território for superada. Cabe às pessoas defenderem esse território, seja a nível local e fora dele.

O projeto “Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento” nesse aspecto não é somente um projeto que visa aumentar a renda das famílias, ou mesmo garantir energia elétrica a partir de fontes de energia alternativa. Ele busca associar essa dimensão ao tema da conscientização ambiental, da preservação do meio ambiente como forma de garantir a qualidade de vida das gerações futuras. Portanto, busca reconstruir a cultura do cuidado com o meio ambiente, recuperar aspectos ideológicos de ocupação sustentável do território, envolvendo não somente as famílias beneficiárias diretamente, mas o conjunto da sociedade que se preocupa em sair do discurso para uma prática transformadora.

Formação

A formação é um aspecto central do Projeto “Uso de Tecnologias Sociais para a redução do desmatamento”. Para tanto, nessa fase do projeto iniciaram-se os processos de capacitação da equipe técnica e lideranças comunitárias no tema da comunicação, seja tanto no sentido de debater e aprofundar sobre sua importância, quanto nas técnicas de coleta das informações e da divulgação.

Marabá (PA)

Aconteceu entre os dias 14 e 15 de setembro de 2018, no município de Marabá estado do Pará, curso de capacitação em comunicação para os integrantes da equipe técnica e lideranças comunitárias. A atividade contou com a participação de dez pessoas e foi realizada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

No primeiro dia, a equipe discutiu sobre o papel da comunicação na divulgação dos objetivos previstos no projeto: o trabalho coletivo, a agroecologia, a redução do desmatamento, o trabalho com mulheres, as fontes alternativas de produção de energia e a segurança alimentar. Também foram trabalhados aspectos técnicos da produção fotográfica, de textos e materiais de divulgação das etapas do projeto.



No segundo dia, parte da equipe se deslocou á Vila Boa Esperança do Burgo, localizada a 29 km da cidade de Marabá, para realizar oficinas práticas de fotografia e filmagem, executando na prática técnicas abordadas na exposição teórica. Na vila tem 22 famílias beneficiárias.

Para o coordenador do projeto na região, Joarez Oliveira Nascimento “o fortalecimento e a capacitação das famílias fazem parte da estratégia do projeto. E a formação em comunicação é uma dessas formas. As famílias e a equipe do projeto precisam ter clara essa estratégia de comunicação, para conseguir mostrar o que está sendo feito através do projeto. Ele disse ainda que “essa oficina é importante porque capacita nossa equipe e permite melhorar a qualidade da divulgação das ações realizadas”.

Tocantins



Realizou-se no município de Palmas- TO, entre os dias 17 e 18 de setembro, uma oficina de formação em Comunicação com a equipe técnica e lideranças atingidas por barragens contempladas com o projeto. No primeiro dia, o coordenador de comunicação do projeto abordou a importância de se ter uma boa estratégia de divulgação interna e externa para facilitar o bom desenvolvimento do projeto, e por meio de análise de trabalhos fotográficos, os participantes abordaram conceitos de narrativa visual e os principais fundamentos da técnica fotográfica, assim como as necessidades concretas da comunicação do projeto.

No segundo dia, a turma foi a campo no Reassentamento Córrego do Prata, comunidade que foi impactada pela barragem de Luís Eduardo Guimarães (Lajeado) no município de Porto Nacional- TO. Ali realizaram práticas fotográficas e discutiram sobre elas, tirando dúvidas sobre as questões abordadas no dia interior. Matheus Marques, participante da formação, disse que a oficina lhe permitiu “Aprimorar talentos que não tinha”. Isso “me ajudará a me comunicar melhor, tanto no projeto quanto na minha vida cotidiana”, relatou.

Para Maria do Carmo, moradora do Reassentamento e participante da oficina “essa capacitação é de grande importância para o projeto, porque vai nos permitir melhorar a divulgação das nossas ações”. Ela afirma: “O que você faz e não transmite, fica um conhecimento morto”.

“Pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”

Chico Mendes

